

## **DO NASCIMENTO AO DESMONTE: A CURTA TRAJETÓRIA DA CHAMADA CONSTITUIÇÃO CIDADÃ BRASILEIRA**

**CONSTITUIÇÃO**  
REPÚBLICA FEDERAL DO BRASIL  
1988

*Em meados da década de 1980, a população brasileira estava em polvorosa. Finalmente o regime autoritário e empresarial dos militares chegaria ao fim. A forte mobilização popular tornou insustentável a manutenção daquele governo. Para os movimentos sociais populares organizados, uma nova constituição seria a consagração de décadas de luta por direitos.*

**DIVERSIDADE NA  
LUTA POR DIREITOS:**

*Professora da UFMT ministra curso em evento nacional do ANDES*

**PRIVATIZAÇÃO  
VELADA NO HÚJM:**

*Mercado passa a ditar as regras também nos hospitais escolas*

Caros colegas docentes

Caminhamos, ainda com dificuldades, na defesa dos nossos direitos enquanto servidores públicos, cidadãos, trabalhadores. Participamos, nos últimos meses, de inúmeras atividades, em Brasília e em Mato Grosso, na tentativa de construir a necessária Greve Geral. Nosso objetivo é conseguir paralisar, pelo menos por um dia, o maior número possível de trabalhadores do país, para demonstrar nosso descontentamento com as políticas de ajuste fiscal, a Reforma do Ensino Médio, entre outros.

Essa edição do Jornal da Adufmat-Ssind foi feita com a intenção de demonstrar o quanto estamos perdendo, sob a justificativa de que retirar nossos direitos é a única alternativa para salvar o país da crise.

Engana-se quem pensa que essa é uma crise local. Observem os países vizinhos, Chile, Argentina, Bolívia, além dos europeus, Grécia, França, e muitos outros. Essa é uma crise cíclica do Capital, que tem um objetivo muito bem definido: garantir os lucros do Mercado Financeiro em detrimento dos direitos de quem efetivamente produz a riqueza.

Uma das atividades das quais fomos parceiros nessa discussão foi o Seminário em Defesa das Políticas Previdenciárias e Direitos Sociais, realizado no centro Cultural da UFMT no dia 23/09. O evento, gratuito e aberto a todos os interessados, trouxe profissionais das áreas de Direito, Economia, Serviço Social, além de um auditor fiscal, que promoveram debates interessantíssimos à respeito do nosso tema. Dentre eles, a informação embasada de que o trabalhador, isto é, nós, temos revertido em renda, de 100% da riqueza que produzimos, apenas 35%.

Outros dados demonstraram que a Previdência é superavitária, ao contrário do insistem em dizer. Trata-se de uma estratégia para privatizar também esse direito. A Previdência Social é altamente lucrativa, nos disse a professora da UFRJ, Sara Granemann.

Mas quero reproduzir, na íntegra, uma frase bastante emblemática do advogado trabalhista, Gustavo Teixeira Ramos, que resume muito bem nossas angústias com relação às medidas do ajuste fiscal, Contrarreformas Trabalhista e da Previdência, PLP 257/16 e, em especial, a PEC 241/16 (PEC 55/16 no Senado): “quando o governo propõe uma Lei que tem o objetivo de congelar os recursos públicos por 20 anos, ele está dizendo que em 20 anos, a saúde não vai melhorar em nada; a educação, não vai melhorar em nada; a segurança, não vai melhorar em nada; a previdência, não vai avançar em nada; a distribuição de renda, não vai melhorar em nada; e nós estamos sujeitos a tudo o que decorre disso.”

Feito isso, e a partir de outros elementos que traremos nessa edição do jornal do sindicato, peço a todos que reflitam e lancem um apelo para que venham, junto aos que já somamos na luta, unir esforços para construir a Greve Geral e barrar o desmonte da Constituição, a retirada dos nossos direitos, a destruição do futuro dos nossos filhos e netos. Depende de nós.

Saudações sindicais.

**Reginaldo Silva de Araújo**  
Presidente da Adufmat-Ssind



**ASSOCIAÇÃO DOS DOCENTES DA UNIVERSIDADE  
FEDERAL DE MATO GROSSO.**

**Gestão: ADUFMAT PLURAL!  
AUTÔNOMA, DEMOCRÁTICA E DE LUTA!**

**DIRETORIA**

**Presidente:** Reginaldo Silva de Araújo  
**Vice-Presidente:** Meire Rose dos Anjos Oliveira  
**Diretor Secretário:** Neudson Johnson Martinho  
**Diretor Tesoureiro:** Euziclei Gonzaga de Almeida  
**Dir. As. Aposentadoria:** Maria Clara Vieira Weiss  
**Dir. As. Sócio-Culturais:** Eliel Ferreira da Silva  
**Jornalista Responsável:** Luana Soutos (DRT 1676/MT)

**Av. Fernando Correa da Costa, S/Nº**  
**Coxipó | Campus UFMT | Cuiabá**  
**Cep. 78.060-900 | Mato Grosso | Brasil**  
**Telefones:** (65) 99686-8732 | (65) 4104-0656 | (65) 4104-0548

## DO NASCIMENTO AO DESMONTE: A CURTA TRAJETÓRIA DA CHAMADA CONSTITUIÇÃO CIDADÃ BRASILEIRA

Vinte e oito anos. Essa é a idade da Constituição Federal brasileira, promulgada após duas décadas e meia de ditadura militar. Além da repressão, o período ficou marcado pela forte influência do caráter empresarial sobre as políticas públicas do país.

Em meados da década de 1980, a população brasileira estava em polvorosa. Finalmente o regime autoritário chegaria ao fim. A forte mobilização popular tornou insustentável a manutenção daquele governo. Para os movimentos sociais populares organizados, uma nova Constituição seria a consagração de décadas de luta por direitos.

“As galerias do Congresso e das Comissões Temáticas foram tomadas por um grande número de pessoas interessadas em acompanhar os trabalhos da Constituinte e pressionar em defesa de suas reivindicações. Circulavam pelas Comissões e corredores do Congresso cerca de 10 mil pessoas por dia. Havia um grande número de grupos de pressão atuando, entre trabalhadores urbanos, rurais, servidores públicos, estudantes, mulheres, empresários da indústria e da agricultura, membros do judiciário, das Forças Armadas, além de outras representações.”, relatou um dos deputados federais constituintes, Aldo Arantes, quando dos 25 anos da Carta Magna.

No campo social, a universalização dos direitos à educação, saúde, assistência e justiça foram os principais avanços. Direito à greve, não intervenção do governo nos sindicatos, jornada de trabalho de oito horas, um terço a mais no pagamento das férias e licença paternidade de cinco dias, também foram algumas das conquistas trazidas pelo documento, assim como o direito à informação, ferramenta indispensável ao exercício da democracia.

Mas, ao contrário do que deveria ser feito, a Constituição começou a ser destruída pelos governos neoliberais que assumiram o país logo após a promulgação da Carta Magna. Vejamos quais foram as principais ações destrutivas em cada governo eleito pelo voto direto no Brasil, após a “redemocratização”.

### Governo Collor

Referindo-se ao Estado como “elefante branco”, o objetivo de Fernando Collor era claro: enfraquecer o Estado para o social, e fortalecê-lo para o mercado. Foram centenas de emendas constitucionais enviadas pelo governo Collor, segundo o cientista político Saulo de Souza, no artigo “Arenas e arranjos institucionais: as reformas do governo Cardoso em perspectiva comparada”, de 2002. Suas principais ações foram voltadas à Contrarreforma Administrativa, por meio do Plano Collor, precarizando as instituições públicas.

“Sem qualquer modelo teórico consagrado nas teorias administrativas a sustentar a reforma, a inspiração ou motivação desta, estaria, no esgotamento financeiro do Estado, que, por isso, exigiria medidas duras no sentido de diminuir o tamanho da máquina burocrática, diagnosticada pelo novo governo como pesada, desmotivada, perdulária e incapaz de impulsionar o desenvolvimento do país”, destaca o pesquisador Celso Cavalcante sobre as ações de Collor, em sua dissertação intitulada “Impactos da Reforma Administrativa do Governo Collor na Modelagem Organizacional do DNER” (1995).

De acordo com Cavalcante, a Reforma Administrativa de Collor teve perfil impositor, com inúmeras alterações realizadas por meio de Medidas Provisórias, que têm força de Lei mesmo sem passar pelo Congresso Nacional. Por esse motivo, as Propostas de Emendas Constitucionais que passaram pela Casa de Leis no período foram apenas duas. A primeira, com relação a alterações na remuneração de vereadores e deputados estaduais (PEC 05/89); a segunda, dispendo sobre o plebiscito realizado posteriormente acerca da forma e sistema de governo do país (PEC 51/90).

### Governo Itamar Franco

Com a renúncia de Collor, ameaçado pelo processo de impeachment, Itamar Franco assume a presidência. Entre setembro de 1992 e 1994, período em que governou, instituiu o Plano Real, orientado pelo Fundo Monetário Internacional (FMI). Seu mandato deu sequência ao projeto de privatização de Collor, além de incentivar o

Capital estrangeiro no país, especialmente a Indústria Automobilística.

Durante o seu governo, passaram pelo Congresso, como Propostas de Emenda Constitucionais, temas que versaram sobre a ação declaratória de constitucionalidade e imposto sobre movimentação financeira (PEC 48/91) e uma proposta de legislação eleitoral (PEC 45/91).

### Governo FHC

De 1995 a 2002, em dois mandatos, os governos de FHC foram o período em que mais se aprovaram Propostas de Emendas Constitucionais. Trinta e quatro ao todo. A maioria visando a privatização de instituições estatais. As principais PEC's aprovadas foram: abertura ao capital privado ao gás canalizado (PEC 29/95), quebra do monopólio das telecomunicações (PEC 36/95), flexibilização do monopólio do petróleo (PEC 39/95), instituição da contribuição provisória sobre movimentação financeira - CPMF (PEC 40/95), reforma administrativa (PEC 41/97), reforma previdenciária (PEC 33/95), fim dos juizes classistas na Justiça do Trabalho (PEC 63/95), desvinculação de receitas da união - DRU (PEC 1294/99), e prescrição dos direitos dos trabalhadores rurais (PEC 64/95).

O governo FHC também ficou marcado pelo enorme índice de desemprego, crescimento da informalidade, criminalização dos trabalhadores, desrespeito aos sindicatos e ataques aos direitos trabalhistas. Em artigo publicado no Correio da Cidadania, o advogado trabalhista Jorge Luiz Martins elenca algumas ações: a Portaria 865/95 impediu a autuação das empresas por desrespeito às convenções e acordos trabalhistas, determinando que os fiscais registrem a ocorrência de práticas ilegais em vez de multas; o Decreto 2.100/96 denunciou a Convenção 158 da OIT, retirando do direito brasileiro a norma mundial que limita a demissão imotivada; a Medida Provisória 1539, convertida na Lei 10101/94, instituiu a participação nos lucros e resultados não incorporada aos salários e benefícios, como um meio eficaz de flexibilização da remuneração, além de permitir o trabalho dos comerciários aos domingos; a Lei 9601/98 criou o “contrato por tempo determinado”, ou “contrato temporário”, permitiu a jornada semanal superior às 44 horas previstas na Constituição, sem o pagamento das horas-extras, criando o “banco de horas”; as Medidas Provisórias 1779 e 2168, que vigoram desde 1998, instituíram o contrato parcial de trabalho, permitem a jornada semanal de no máximo 25 horas, com redução proporcional do salário e do tempo das férias - que pode ser de oito dias; a Medida Provisória 1726/98 instituiu a “demissão temporária”, com suspensão do contrato de trabalho por cinco meses. Neste período, o “demitido” recebe o seguro-desemprego, custeado pelo FAT, um fundo público oriundo das contribuições dos assalariados.

### Governo Lula

Segundo que mais aprovou propostas de emendas constitucionais precarizando os direitos, o governo Lula abriu caminho para projetos relacionados à Contrarreforma da Previdência (PEC 40/03 - e PEC 77/03), Contrarreforma Tributária (PEC 41/03), Reforma do Judiciário (PEC 96/92), áreas de fronteiras (PEC 575/98), prorrogação da DRU (PEC 89/07), entre outros.

A chamada Contrarreforma Trabalhista, tal qual no governo FHC, avançou no governo Lula em prejuízo dos trabalhadores. “Já na campanha eleitoral, o ex-sindicalista Lula assumiu o compromisso de promover esta reforma para ‘modernizar as relações de trabalho no Brasil’”, lembra o jornalista Altamiro Borges no artigo “A reforma trabalhista no governo Lula”, publicado em 2004.

Contrariando todo seu histórico de militante sindical, as reflexões sobre a Contrarreforma Trabalhista de Lula, realizadas durante dez meses por um Fórum Nacional do Trabalho instituído em maio de 2003, e formado por representantes de trabalhadores, governo e patrões, apontam para alterações na estrutura sindical “sob o argumento de que era necessário primeiro fortalecer os interlocutores para depois discutir as alterações trabalhistas”. A sistematização dessas reflexões resultou na Proposta de Emenda Constitucional 369/05 que, em resumo, pretende colocar o negociado sobre o legislado

nas relações de trabalho, o que fragilizará todas as garantias previstas na Consolidação das Leis do Trabalho (CLT).

O Plano de Reestruturação e Expansão das Universidades (Reuni) também é uma marca crítica do governo Lula. Apesar da ampliação das universidades e do número de ingressantes no ensino superior, a qualidade do ensino ficou prejudicada porque a estrutura física e pessoal não acompanhou a real demanda do plano.

### Governo Dilma

Na linha de Lula, o governo Dilma, além de favorecer a precarização dos serviços públicos e das relações de trabalho, foi bastante violento com os movimentos sociais. Durante a greve de 2015, não foram poucas as vezes em que a polícia reprimiu os manifestantes na porta do Ministério da Educação.

Uma das primeiras medidas do governo Dilma foi Prorrogar a vigência da DRU até 31 de dezembro de 2015 (PEC 61/11).

Com relação à Contrarreforma da Previdência, foram adotadas as Medidas Provisórias, 664 e 665/14, e aprovada a paridade na aposentadoria por invalidez dos servidores (PEC 270/08). A Fundação de Previdência Complementar do Servidor Público Federal do Poder Executivo - Funpresp-Exe foi criada pelo Decreto nº 7808/12, com a finalidade de administrar e executar planos de benefícios de caráter previdenciário complementar para os servidores públicos titulares de cargo efetivo da União, autarquias e fundações.

Foi também durante o governo Dilma que a Lei antiterrorismo, nº 13.260/16, foi aprovada e sancionada, podendo enquadrar integrantes de movimentos sociais.

Os governos petistas também são muito criticados por não terem avançado em favor do direito à terra.

### Governo Temer

O governo Temer surge num processo político conturbado, trazendo o aprofundamento de todas essas ações nocivas aos trabalhadores, anteriormente colocadas à conta gotas. Com a desculpa de “tirar o país da crise econômica”, impõe a aprovação das medidas mais perversas à toque de caixa. A PEC 241/16 (PEC 55/16 no Senado), que congela por 20 anos os recursos destinados aos serviços sociais, é a maior expressão do desmonte da constituição. Junto ao PLP 257/16, que retira ainda mais recursos desses setores, a Contrarreforma da Previdência e o avanço da “modernização da CLT” por meio da Contrarreforma Trabalhista, além da formulação ainda mais cruel da DRU e a Reforma do Ensino Médio, que é um recorte do que propõe o Projeto Escola sem Partido, os malefícios à população brasileira serão incalculáveis.

### Alternativa

Assim nasceu e sobreviveu até os dias de hoje a chamada Constituição Cidadã. Permeada pela disputa entre grupos sociais e oligarquias empresariais, tem se mantido, apesar de tudo, guardadora de direitos como saúde, educação e previdência.

Apesar das dificuldades colocadas por quem está no Poder e quer fazer dessas áreas mercado, foi a partir da Constituição que, nas últimas décadas, muitas vidas foram salvas, muitas pessoas conseguiram concluir o ensino superior, muitos idosos conseguiram o mínimo de qualidade de vida.

Com apenas 28 anos, e longe de ser consolidada, a Constituição faz a diferença na vida de milhões de brasileiros. Ela devia ser respeitada pelos governos, para que o seu papel fosse efetivamente cumprido. No entanto, como a área social pode ser uma grande fonte de renda para grandes empresas, a Constituição vem sendo sistematicamente desmontada desde o início.

À exemplo das lutas pró Constituição, os trabalhadores precisam de organização para pressionar os governos e exigir que os direitos sejam mantidos. Uma auditoria efetivamente cidadã da dívida pública seria a alternativa para preservar e melhorar os serviços, garantindo a dignidade social necessária para o verdadeiro desenvolvimento do país.

# DIVERSIDADE NA LUTA POR DIREITOS

## Professora da UFMT ministra curso em evento nacional do ANDES

Dois membros orgânicos e o presidente da Adufmat - Seção Sindical do ANDES tiveram a satisfação de assistir um debate provocado pela professora Renata Costa, do Departamento de Serviço Social da UFMT, no 3º Encontro Nacional do Curso de Formação Política e Sindical do ANDES-SN, realizado em Belém do Pará entre os dias 26 e 28/08. Estudiosa da área de gênero, na perspectiva materialista histórica, a docente foi convidada pelo Sindicato Nacional para, junto aos professores Osvaldo Coggiola e Wilson Honório, dialogar com colegas de todo o país sob o tema “História dos movimentos sociais: exploração, opressão e revolução”.

Há a compreensão de que, dentro da classe trabalhadora, os grupos de mulheres, negros e LGBT's sofrem com situações específicas diante da exploração do Capital, pois o machismo, racismo e a homofobia também são demandas do sistema para manipular, baratear a mão de obra e precarizar o trabalho, além de aviltar os direitos civis e sociais.

Na desconstrução da chamada Constituição Cidadã, influenciada por grupos conservadores, caem também demandas como: o direito a união civil de pessoas do mesmo sexo; o fortalecimento de uma educação libertadora, que privilegie também versões históricas das populações socialmente oprimidas; além da valorização da mulher e a realização de discussões necessárias, como a descriminalização do aborto.

“O evento foi bastante interessante. A intenção foi

trazer algumas particularidades das lutas contra racismo, machismo e LGBTfobia numa discussão articulada com a questão de classe. Nesse sentido, o curso teve uma unidade e foi bastante positivo”, afirmou a docente Alair Silveira, membro do GT Política e Formação Sindical (GTPFS) da Adufmat-Ssind, uma das participantes do evento.

Em sua exposição, Renata Costa traçou o histórico do movimento feminista no Brasil e no mundo, levantando suas especificidades e diferentes compreensões, sem perder de vista que a luta dos trabalhadores é feita, também, em unidade com os homens.

“O professor Wilson Honório trouxe a perspectiva prática e teórica dos movimentos negro e LGBT, em debates diferentes. Além de estudioso, ele é militante engajado nos dois grupos. Foi organizador de uma das primeiras Paradas LGBT's do país, e evidenciou o caráter político do ato”, comentou a professora Maria Luzinete Vanzeler, também membro do GTPFS.

Por meio de experiências concretas, utilizando imagens de expressões artísticas e materiais publicados na imprensa, Honório demonstrou como os temas trabalhados por ele no curso foram historicamente retratados. “Como se fosse um passeio pela História da Arte”, afirmou Alair Silveira. Sua experiência no ensino privado, como uma opção política, também



ilustrou os debates.

Já o professor da Universidade de São Paulo (USP), Osvaldo Coggiola, transitou pela história das lutas na América Latina e expressões de partidos políticos para discutir o movimento operário e sindical.

“Os debates de gênero, étnico racial e sobre a diversidade sexual contribuem imensamente com o debate sindical, na medida em que nos colocam questões a serem refletidas pela classe trabalhadora. Não é possível que o movimento avance, de maneira realmente democrática, ignorando particularidades que incidem diretamente na luta cotidiana. Com certeza, o fortalecimento da resistência dos trabalhadores na defesa dos seus direitos depende, também, da superação desses pré-conceitos, muitas vezes registrados entre nós, dentro desse sistema que desumaniza para explorar”, afirmou o presidente da Adufmat-Ssind, Reginaldo Araújo.

# PRIVATIZAÇÃO VELADA

## Mercado passa a ditar as regras também nos hospitais escolas

Três anos da implementação da Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares (Ebserh) no Hospital Universitário Júlio Müller (HUJM) e a diferença é nítida: a lógica de mercado tomou conta também do hospital escola. Imposição de metas que chegam a estabelecer 35 atendimentos por período, e por sala, e a utilização do estudante como mão de obra barata são algumas das práticas trazidas pelo novo modelo de gestão “pública”.

“Várias aspectos se modificaram. O primeiro impacto que nós, estudantes, sentimos, foi a questão da extinção do Conselho Gestor. A gente tinha uma cadeira dentro da gestão do hospital, com direito a voto direto, participando das decisões, e acompanhando os gastos do hospital. Com a chegada da Ebserh esse conselho foi extinto. Colocaram um superintendente, e a partir de então o único cargo que a gente tem é na comissão do internato, que não é deliberativa, e a gente não tem nenhum contato com a gestão do hospital. Tudo é feito em instâncias hierárquicas superiores que a gente não consegue ter acesso. A gente não participa das decisões do hospitais e a gente não fica sabendo delas”, afirma um estudante do último semestre de Medicina, que acompanhou as mudanças provocadas no hospital ao longo do curso. Para evitar eventuais indisposições internas, o estudante preferiu não se identificar.

Embora seja uma empresa pública, a Ebserh é também uma empresa de direito privado, que tem a finalidade de prestar serviços de assistência à saúde integral e exclusivamente no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS). O caráter privado da empresa indica que ela está subordinada ao ordenamento jurídico que rege os interesses particulares. Assim, estará submetida às regras do Direito Empresa-

rial e às regras comerciais de concorrência.

“Eu ouço professores reclamando o tempo todo [...]. Em último lugar está a educação. Nos usam como mão de obra barata mesmo, quase escrava, porque a bolsa que deveríamos ganhar nos é dada em forma de almoço. A gente passa por coisas ali dentro sem ter o mínimo de amparo psicológico. Conheço 'N' colegas que estão tomando antidepressivo”, disse outra estudante, que iniciou o estágio no hospital após a implementação da Ebserh.

Os estudantes ressaltam que, devido ao caráter privado, a empresa se preocupa mais com os gastos do que com a valorização e humanização do atendimento, ou foco no ensino. “Depois que chegou a Ebserh, o hospital perdeu o caráter universitário. Nós temos contatos com poucos professores. Fora isso, a gente trabalha como mão de obra extremamente barata, cumprindo metas que muitas vezes extrapolam a carga horária prevista pelo internato. Isso faz com que o atendimento fique precarizado, os pacientes não tenham atendimento de qualidade, os alunos não tenham ensino de qualidade, e até os professores que tentam trazer o conhecimento fazem isso de modo prejudicado”, resalta o estudante concluinte.

“Existem alguns problemas dentro dos departamentos do hospital, porque o profissional contratado pela Ebserh não tem compromisso com o ensino, com raras exceções. Dentro da carga horária dele, está reservada uma porcentagem muito pequena para o ensino, em torno de 10%. Em alguns departamentos existem dificuldades imensas de conseguir que esses professores dêem aula para a gente. Então, nós temos períodos exaustivos de

trabalho e pouco retorno no ensino. Os professores mais antigos, contratados pela universidade, têm compromisso com a educação muito maior do que os outros. Eles vieram interessados nisso”, destaca o estudante. A falta de compromisso também é identificada nas contratações de serviços terceirizados, que aumentaram com a Ebserh.

Com relação a estrutura física do hospital, o estudante levanta uma questão interessante. “Logo após a implementação da Ebserh, todos os hospitais que aderiram foram reformados. Eles mudaram a estrutura física e tentaram mudar também a estrutura operacional, pensaram em outros meios de comunicação, criaram um site que integra todos os hospitais. Só que foi injetada uma verba muito maior do que a que era distribuída antes. É a velha política publicitária para vender o peixe, apresentando da maneira mais bonita. A estrutura física ficou muito boa com essa estratégia, só que a gente enfrenta os mesmos problemas estruturais de antes. Não adianta colocar uma cor mais bonita na parede e uma cama mais moderna no leito, e continuar faltando medicamentos, materiais, tratar os pacientes de uma maneira não humanizada, superlotando os hospitais.”

De acordo com o futuro médico, faltam também profissionais especializados em determinadas áreas, e os problemas elétricos comprometem muitos aparelhos, como os de imagem para realização de tomografia. “O equipamento vive quebrado por problemas elétricos. É uma coisa absurda, porque toda vez que o equipamento quebra tem de transportar o paciente para outro hospital, pagar atendimento privado com dinheiro do Estado, porque na reforma não foi pensado na estrutura mínima para atender os pacien-



tes da maneira mais correta”, relata.

A ausência de diálogo a partir da extinção do Conselho Gestor já causou, de forma verticalizada, a decisão de cortar a alimentação dos estudantes. Isso já havia sido proposto antes da Ebserh no HUJM, mas a representatividade dos estudantes nos espaços deliberativos garantiu a manutenção do direito. A partir da extinção do Conselho, para conseguir reverter o corte imposto, os estudantes tiveram de convencer os docentes a conversarem com o superintendente para tentar sensibilizá-lo. “Todos os estudantes, técnicos, docentes e usuários deveriam ter espaço para participar das decisões do hospital, pensar em melhorias para o ensino e atendimento. Afinal de contas, o HUJM é público, e todo o seu trabalho deve ser voltado para atender o direito da população à saúde de qualidade”, finalizou o estudante.

Alguns professores da UFMT que atuam na área da saúde ratificaram os relatos, mas também preferiram não se identificar.